

BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ 10.552.848/0001-87

| Balancos patrimoniais em 31/12/2015 e 2014 (Em R\$ mil) | | | |
|---|------|------------|---------|
| | Nota | 2015 | 2014 |
| Ativo | | 483.081 | 470.512 |
| Circulante | | 52.452 | 49.285 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 76 | 1.502 |
| Títulos e valores mobiliários | 8 | 7.554 | 4.829 |
| Concessionárias e permissonárias | 9 | 5.441 | 6.249 |
| Contas a receber-Ativo financeiro | 10 | 34.149 | 31.781 |
| Impostos e contribuições sociais | | 663 | 645 |
| Outros ativos | | 4.569 | 4.279 |
| Não circulante | | 430.629 | 421.227 |
| Títulos e valores mobiliários-Restrito | 8 | 5.336 | 4.810 |
| Contas a receber-Ativo financeiro | 10 | 424.590 | 416.022 |
| Imobilizado | | 703 | 395 |
| Passivo e patrimônio líquido | | 483.081 | 470.512 |
| Circulante | | 72.123 | 63.008 |
| Fornecedores | 11 | 3.315 | 2.911 |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | 11.063 | 11.028 |
| Impostos e contribuições sociais | | 819 | 782 |
| Dividendos a pagar | 14 | 52.491 | 44.070 |
| Taxa regulamentares | | 2.650 | 3.340 |
| Outras contas a pagar | | 1.785 | 877 |
| Não circulante | | 121.912 | 133.780 |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | 82.362 | 92.788 |
| Compensação de investimentos | | 2.177 | 4.355 |
| PIS e COFINS diferidos | 13 | 36.708 | 36.306 |
| I.R. e contribuição social diferidos | | 665 | 331 |
| Patrimônio líquido | | 15.289.045 | 273.724 |
| Capital social | | 230.600 | 230.600 |
| Reserva de lucros | | 7.055 | 5.596 |
| Dividendo adicional proposto | | 51.390 | 37.528 |

| Demonstrações do resultado em 31/12/2015 e 2014 (Em R\$ mil) | | | |
|--|------|-----------|---------|
| | Nota | 2015 | 2014 |
| Receita líquida | | 16.46.922 | 47.089 |
| Custos operacionais | 17 | (8.118) | (9.589) |
| Lucro bruto | | 38.804 | 37.500 |
| Despesas administrativas | | (357) | (73) |
| Lucro operacional | | 38.447 | 37.427 |
| Recargas (despesas) financeiras | | | |
| Recargas financeiras | 18 | 1.181 | 694 |
| Despesas financeiras | 18 | (8.490) | (8.089) |
| Total do resultado financeiro líquido | | 18.7.309 | 7.395 |
| Lucro (prejuízo) antes do I.R. e da contribuição social | | 31.138 | 30.032 |
| I.R. e contribuição social | | 19.1.956 | 1.758 |
| Lucro líquido do exercício | | 29.182 | 28.274 |

| Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2015 e 2014 (Em R\$ mil) | | | |
|--|-----------------|-----------------|--|
| | 2015 | 2014 | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro do exercício | 29.182 | 28.274 | |
| Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais: | | | |
| Impostos diferidos | 736 | 1.344 | |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 8.194 | 7.870 | |
| Remuneração do ativo financeiro | 44.631 | 46.018 | |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | |
| Contas a receber-ativo financeiro | (55.567) | (60.431) | |
| Concessionárias e permissonárias | 808 | (409) | |
| Impostos e contribuições sociais | (18) | 38 | |
| Outros ativos | (290) | (2.132) | |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | |
| Fornecedores | 404 | 626 | |
| Impostos e contribuições sociais | 37 | (69) | |
| Taxas regulamentares | (690) | 908 | |
| Compensação de investimentos | (2.178) | 4.355 | |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos-juros | (8.191) | (7.882) | |
| Outras contas a pagar | 908 | (1.021) | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | 17.966 | 17.489 | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Títulos e valores mobiliários | (3.251) | 3.492 | |
| Aquisição de imobilizado | (307) | - | |
| Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades investimento | (3.558) | 3.492 | |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos-principal | (10.394) | (10.698) | |
| Dividendos pagos | (5.440) | - | |
| AFAC | - | (8.797) | |
| Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de financiamento | (15.834) | (19.495) | |
| Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa | (1.426) | 1.486 | |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 1.502 | 16 | |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 76 | 1.502 | |
| Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa | (1.426) | 1.486 | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: 1.1 Contexto operacional: A Brilhante Transmissora de Energia S.A. ("Cia."), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 29/12/2008, está estabelecida no RJ, com filial em Mato Grosso do Sul, e entrou parcialmente em operação comercial em 11 de novembro e 16/12/2010. A Cia. é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pela empresa Celeo Redes Brasil S.A. (anteriormente denominada Elecnor Transmissão de Energia S.A.), que sagrou-se vencedora do Leilão 008/2008-Lote B-ANEEL. Em 09/07/2010, foi publicado no DOU a Resolução Autorizativa nº 2.454 de 29/06/2010 no qual a ANEEL autorizou a reestruturação societária da Cia., mediante a transferência de 50% de suas ações para a empresa Lintran do Brasil Participações S.A. No fim do exercício de 2010 a Cia. foi requerida pelo órgão regulador a iniciar a construção da expansão, referente a modificação do traçado original do projeto da Subestação de Chapadão, para o qual a Cia. está negociando com o regulador uma RAP adicional ainda em fase de homologação. Durante o exercício de 2012, a Cia. concluiu a construção de sua linha de transmissão passando a receber a Receita Anual Permitida-RAP integralmente a partir do mês/07/2012. **1.2 Da concessão:** O projeto compreende o direito de construção, operação e manutenção das instalações da Rede Básica ("Rede Básica") pelo período de 30 anos a partir da celebração do Contrato de Concessão das Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e das Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), as duas últimas concessões com encerramento em 30/06/2025. A Rede Básica é constituída de 457 km de linhas de transmissão, divididas em três trechos e em três subestações. As instalações das Centrais de Geração terão 10 km de linhas de transmissão, duas subestações e dois transformadores elevadores. As IEG terão 76 km de linhas de transmissão, divididos em dois trechos e duas subestações. A Rede Básica é composta por: • Linha de transmissão Imbrussu em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 309 km, com origem na Subestação Chapadão e término na Subestação Imbrussu; • Linha de transmissão Imbrussu-Sidrolândia em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 43 km, com origem na Subestação Imbrussu e término na Subestação Sidrolândia; • Linha de transmissão Sidrolândia-Anastácio em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 105 km, com origem na Subestação Sidrolândia e término na Subestação Anastácio; • Subestação Sidrolândia em 230 kV; • Subestação Rio Brilhante em 230 kV; • Subestação Ivinhema em 230 kV. Entradas de linha, interligações de barras, barramentos, módulos gerais, reatores de linha, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Além da Rede Básica, foram construídas as ICG e as IEG relativas às Centrais de Geração que assinaram CCT com a Brilhante. ICG são subestações coletores, compartilhadas, que recebem conexões de duas ou mais Centrais de Geração. Os encargos de ICG são devidos por todas as Centrais de Geração que assinaram CCT com a Brilhante. As IEG são estruturas exclusivas às Centrais de Geração que as conectam diretamente às ICG. Foi realizada consulta antes da publicação do Edital a essas Centrais de Geração para definição da construção das estruturas das IEG. Enquanto que três Centrais de Geração decidiram elas próprias construírem as IEG, seis preferiram que a transmissora vencedora do Lote B ficasse responsável por essa construção, e para isso pagariam uma porcentagem da Receita Anual Permitida (RAP). Em 23/06/2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória 1.918, estabeleceu a receita anual atualizada da Cia. em R\$ 38.267 para o período de 1/07/2015 a 30/06/2016. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações do resultado abrangente não estão sendo apresentadas em virtude de não haver nenhum outro resultado abrangente além do resultado de cada exercício. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 20/04/2016. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b. Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a Cia. efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, na determinação e classificação das parcelas das receitas atribuíveis aos gastos de melhoria e manutenção e à remuneração da construção, esta como ativo financeiro. **c. Reconhecimento do ativo financeiro:** A Cia. mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada pela Cia. por meio de componentes internos e externos de mercado. A taxa de remuneração do ativo financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão. O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF-Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Cia. na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Cia. como o valor residual contábil no término da concessão. A Cia. utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. **d. Determinação das receitas de construção:** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção com base nos custos relativos ao serviço de construção prestado e apura-se uma margem de lucro de 1%. Na contabilização da margem de lucro da construção, a Administração da Cia. avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. **e. Receita de operação e manutenção:** As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão. **f. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro:** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Cia. revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. **g. Avaliação de instrumentos financeiros:** A Cia.

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2015 e 2014 (Em R\$ mil) | | | | | | |
|--|----------------|---|---------------|----------------------------|------------------------------|----------|
| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reserva Legal | Divendo Adicional proposto | Lucro (prejuízos) acumulados | Total |
| Saldos em 31/12/2013 | 230.600 | 8.797 | 4.182 | 24.098 | - | 267.677 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | (8.797) | - | - | - | (8.797) |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | - | - | - | - | 28.274 | 28.274 |
| Constituição de reserva legal | - | - | 1.414 | - | (1.414) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (13.430) | (13.430) |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | 13.430 | (13.430) | - |
| Saldos em 31/12/2014 | 230.600 | - | 5.596 | 37.528 | - | 273.724 |
| Destinação do lucro líquido do exercício: | - | - | - | - | 29.182 | 29.182 |
| Constituição de reserva legal | - | - | 1.459 | - | (1.459) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (13.861) | (13.861) |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | 13.861 | (13.861) | - |
| Saldos em 31/12/2015 | 230.600 | - | 7.055 | 51.389 | - | 289.045 |

faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Cia. na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **h. Impostos, contribuições e tributos:** Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Cia. constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Cia.. O I.R. e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 2. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Cia. é como segue: **a. Reconhecimento de receita:** De acordo com a interpretação ICPC 01 (R1)-Contratos de Concessão e a orientação OCP-05-Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo §93 da referida orientação. Com base nesse modelo, a receita anual permitida-RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão), e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear em cada ciclo anual. As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas com base no que ditam os pronunciamentos CPC 17 (R1)-Contratos de Construção e CPC 30 (R1)-Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência. Com base no exposto anteriormente, a Cia. reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia.. As principais fontes de receita da Cia. estão descritas a seguir: • Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno do investimento e definida no início da concessão; • Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear em cada ciclo anual e mensurada no início de cada concessão, e com base no que dita o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1)-Receitas; e • Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada com as construções das linhas de transmissão e com as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento CPC 17 (R1)-Contratos de Construção. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. **b. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva. **c. Instrumentos Financeiros:** Durante os exercícios findos em 31/12/2015 e 2014 a Cia. não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos. **(i) Ativos financeiros não derivativos:** *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Em 31/12/2015 e 2014 a Cia. possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado. *Empréstimos e recebíveis:* Em 31/12/2015 e 2014 os ativos financeiros da Cia. classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes-ativo financeiro. **d. Redução ao valor recuperável (Impairment):** **(i) Ativos financeiros não derivativos:** São avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. **e. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. **f. Títulos e valores mobiliários:** Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. **g. Concessionárias e Permissonárias:** Referem-se aos créditos faturados aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Cia., oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços. **h. Ativo financeiro:** O ativo financeiro decorrente do contrato de concessão é reconhecido quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte indicada para os serviços de construção ou melhoria. Tais ativos são classificados como empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial. Subseqüente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. **i. Tributação e encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS e Programa de Integração Social-PIS às alíquotas de 3,0% e 0,65%; • Reserva Geral de Reversão-RGR ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL; • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica-TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL. • As concessionárias e permissonárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12. Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado. **j. I.R. e contribuição social:** O I.R. e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: I.R.-base de cálculo de 8% da receita, alíquota do I.R. de 15% e adicional de 10% da receita; Contribuição social-base de cálculo de 12% da receita e alíquota de contribuição social de 9%. A despesa com I.R. e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de I.R. e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de I.R. e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de I.R. e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Cia. espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **k. Provisões:** Em 31/12/2015 e 2014 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda. **l. Dividendos:** A Cia. registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Cia.. Dividendos propostos pela Administração da Cia., em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa. **7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/2016. A Cia. não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. • **IFRS 9-Instrumentos financeiros** • **IFRS 15-Receita de contratos de clientes** • **Modificações à IAS 16 e IAS 41-Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola** • **Modificações à IAS 16 e IAS 38-Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização** • **Modificações às IFRS-Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014** • **Modificações à IAS** 4-Isclarecimentos sobre o processo judicial de divulgações das Demonstrações Financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras. **8 Títulos e valores mobiliários: Circulante**

| Instituição financeira | Tipo de aplicação | Remuneração | 2015 | 2014 |
|------------------------|-----------------------|-------------|-------|-------|
| Banco Santander | Fundo de investimento | 100% CDI | 7.554 | 4.829 |
| | | | 7.554 | 4.829 |

de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, a Cia. deve manter em favor deste uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

| 9 Concessionárias e permissonárias: | | 2015 | 2014 |
|-------------------------------------|--|-------|-------|
| A vencer | | 5.441 | 6.081 |
| Vencidas há mais de 90 dias | | - | 168 |
| | | 5.441 | 6.249 |

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Cia., como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

| 10 Contas a receber-Ativo financeiro | | 2015 | 2014 |
|--|-------|----------|----------|
| Serviços de construção | | 447.803 | 433.390 |
| Remuneração do ativo financeiro-TRAF (*) | 4,64% | 44.631 | 46.018 |
| Recembimento | | (33.695) | (31.579) |
| Saldo em 31.12 | | 458.739 | 447.803 |
| Circulante | | 34.149 | 31.781 |
| Não circulante | | 424.590 | 416.022 |
| Total do ativo financeiro | | 458.739 | 447.803 |

(*) Refere-se à taxa de remuneração do ativo financeiro conforme definido na nota explicativa 4.c. O saldo de contas a receber se refere à prestação de serviços de construção. Este ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis. Abaixo, um resumo de alguns aspectos do Contrato de Concessão: • Contrato assinado em 27/04/2009 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão; • A Cia. receberá pela prestação do serviço público de transmissão o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP), salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP e à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS; • A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico; • A Transmissora fica obrigada a aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico brasileiro e em eficiência energética; • Por infrações às disposições legais, regulamentares e ou contratuais estará sujeita à penalidade de multa aplicada pela ANEEL nos termos de resolução específica, no valor máximo por infração de 2% do montante da Receita Anual Permitida da Transmissora dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. • Compromisso do acionista controlador: O acionista controlador obriga-se a não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar as ações que fazem parte do grupo de controle sem a prévia concordância da ANEEL.

| 11 Fornecedores | | 2015 | 2014 |
|--------------------------------------|--|-------|-------|
| Fornecedores | | 3.315 | 2.535 |
| Fornecedores-partes relacionadas (a) | | - | 376 |
| | | 3.315 | 2.911 |

(a) Para maiores detalhes sobre transação com partes relacionadas, veja nota explicativa 20. **12 Empréstimos e financiamentos**

| | 2014 | Juros | Amortização de juros | Amortização do principal | 2015 |
|------------|--------|-------|----------------------|--------------------------|--------|
| BNDES TJLP | 93.453 | 7.774 | (7.767) | (8.485) | 84.975 |
| BNDES PSI | 10.363 | 420 | | | |

BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ 10.552.848/0001-87

20 Transação com partes relacionadas: a. Remuneração da Administração: Em 31/12/2015 e 2014 não houve despesa com a remuneração dos administradores na Cia.. A remuneração é realizada pela Holding. **n. Transações comerciais**

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------|------|------|
| Passivo circulante | | |
| Celeo Redes Brasil S.A. | - | 376 |
| | - | 376 |

21 Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Cia., os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Cia.. **21.1 Gerenciamento de riscos:** Visão geral – a. Cia. apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: b. Risco de crédito. c. Risco de mercado. b. Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco – o gerenciamento de risco da Cia. visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Cia., por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Cia.. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Cia.. **a. Riscos de crédito:** É o risco de a Cia. incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------------|---------|---------|
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 76 | 1.502 |
| Títulos e valores mobiliários | 12.890 | 9.639 |
| Contas a receber – ativo financeiro | 458.739 | 447.803 |
| | 471.705 | 458.944 |

• Títulos e valores mobiliários – Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. **• Contas a receber – Ativo financeiro** – A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia – CCG e ii) Carta de Fiança Bancária – CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: – Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. – As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. – Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. – No caso de não pagamento, a Cia., como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. **b. Risco de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros, pela Cia., tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. Risco de taxa de juros – refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/2015, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Cia. era:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------|-------|
| Instrumentos financeiros por indexador | | |
| Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários) | | |
| CDI | 12.890 | 9.639 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras: Aos Acionistas e Diretores da Brilhante Transmissora de Energia S.A. RJ–RJ: Examinamos as demonstrações financeiras da Brilhante Transmissora de Energia S.A. (“Cia.”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia.. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brilhante Transmissora de Energia S.A. em 31/12/2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. RJ, 20/04/2016. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Danilo Siman Simões - Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP.

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Cia., conforme demonstrado a seguir: *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável – aplicações financeiras:* A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Cia.. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

| Operação | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário provável (*) | Cenário A | Cenário B |
|---|---------------------|-------------------|-------------------------|-------------|-------------|
| Ativos Financeiros | | | | | |
| Aplicações financeiras | 7.554 | Queda da taxa CDI | 831 | 623 | 415 |
| Referência para ativos financeiros | | | Cenário provável | -25% | -50% |
| | | | 11% | 8,25% | 5,5% |

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 11% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

| Operação | Exposição (R\$ mil) | Risco | Cenário provável (*) | Cenário A | Cenário B |
|--|---------------------|-------------------|-------------------------|------------|------------|
| Passivos Financeiros | | | | | |
| BNDES | 93.425 | Alta da taxa TJLP | 5.138 | 6.428 | 7.708 |
| Referência para passivos financeiros: | | | Cenário provável | 25% | 50% |
| TJLP (%) | | | 5,50% | 6,88% | 8,25% |

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP estimado de 5,5%, de acordo com a expectativa do mercado. **Risco de inflação** – A receita da Cia. é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Cia. poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. **Risco de captação** – A Cia. poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. **c. Riscos operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Cia. e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Cia. ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Risco técnico** – A infraestrutura da Cia. é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Cia., ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). **Riscos regulatórios** – A Cia. está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. **Risco de seguros** – A Cia. contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Cia. adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para

a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

21.2 Categorias de instrumentos financeiros

| Ativos financeiros | Categoria |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio do resultado |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio do resultado |
| Contas a receber – ativo financeiro | Empréstimos e recebíveis |

Passivos financeiros

| Fornecedores | Custo amortizado |
|------------------------------|------------------|
| Empréstimos e financiamentos | Custo amortizado |

Em 31/12/2015 e 2014, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. **21.3 Classificações contábeis e valores justos:** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: **• Caixa equivalentes de caixa** – contas correntes conforme posição dos extratos bancários. **• Títulos e Valores Mobiliários** – aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. **• Contas a receber – ativo financeiro** – o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. A Cia. adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Cia. foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Cia. utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31/12/2015. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. **• Empréstimos e financiamentos** – A Cia. considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **21.4 Hierarquia do valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos conforme abaixo: **• Nível 1** – Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). **• Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Cia. a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. **22 Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Cia. define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **23 Seguros:** A Cia. adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos. A Cia. possui cobertura de seguro contra incêndio empresarial, veículos, responsabilidade civil e danos materiais sobre as subestações e linhas de transmissão. A cobertura de seguros da Cia. está demonstrada conforme quadro a seguir:

| Ativo | Tipo de cobertura | Vigência | Importância segura |
|---|------------------------|------------|--------------------|
| Subestação Sidrolândia ROD. BR 060, Complemento: KM 413, Chacara Sol Nascente – Zona Rural – Sidrolândia–MS | Responsabilidade civil | 30/06/2016 | 56.901 |
| Subestação Sidrolândia–MS | Riscos nomeados | 30/06/2016 | 1.200 |

Francisco Antolin Chica Padilla – Diretor; Alfonso Brunner Beamud – Diretor; Claudino Luis Pita de Oliveira – Contador – CRC-RJ 106265/0-8